

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE LEI Nº 6176 DE 2009**

**(Do PODER EXECUTIVO)**

Emenda ao Projeto de Lei Nº 6176/2009 que autoriza o Poder Executivo a doar quatro aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana.

**EMENDA Nº DE 2009**

Acrescenta o art. 4º ao PL 6176 de 2009 com a seguinte redação:

A doação de que trata o art. 1º fica condicionada a Compromisso Formal do Governo Boliviano de não expulsar do País, as famílias brasileiras que habitam há décadas, a faixa fronteira do território boliviano com o Estado do Acre, no Departamento de Pando.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 2006 o Presidente Evo Morales resolveu determinar a expulsão de todas as famílias brasileiras que habitam há mais de 30 anos, a faixa fronteira do território boliviano com o Estado do Acre, no Departamento de Pando. O argumento é a regulamentação do artigo 25 da Constituição daquele país, nunca antes observado. Sabe-se, no entanto, que o que norteia esta decisão, é o interesse político do Presidente Boliviano na província de Pando.

A situação dos brasileiros foi debatida em setembro/2009 por representantes do governo boliviano com uma delegação brasileira constituída por representantes do Itamaraty, Polícia Federal, Receita Federal, Incra e Gabinete da Segurança Institucional (GSI).

Das cerca de 500 famílias de brasileiros que moram e trabalham ilegalmente na faixa fronteira de 50 quilômetros da Bolívia com o Estado do Acre, 300 concordaram em ser reassentadas em terras bolivianas. Outras 200 preferem voltar para o Brasil, onde se inscreverão em programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

As terras da Bolívia para onde as famílias começarão a ser levadas a partir de dezembro serão compradas pelo Brasil, por intermédio da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Ao todo, o Brasil tem US\$ 10 milhões para o trabalho de cadastramento, compra de terras e reassentamento dos brasileiros na Bolívia, conforme lei aprovada pelo Congresso Brasileiro no ano passado.

Entretanto, é grande a tensão dos brasileiros, já que o governo Boliviano determinou que o prazo para a expulsão das famílias terminaria em dezembro/2009.

Portanto, dentro do princípio de reciprocidade, é justo reivindicar que o Governo Boliviano garanta, formalmente, a não expulsão das famílias brasileiras que moram naquela fronteira, até que o governo brasileiro resolva a situação de cada uma delas.

Sala das Sessões, em                      de                      2009.

Flaviano Melo

(Deputado Federal-PMDB/AC)